



PREFEITURA DA ESTÂNCIA TURÍSTICA DE CAMPOS DO JORDÃO
ESTADO DE SÃO PAULO

JULGAMENTO DE IMPUGNAÇÃO AO EDITAL

Pregão Eletrônico n.º 032/2025

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 3509700.406.00015014/2025-75

OBJETO: REGISTRO DE PREÇO PARA A EXECUÇÃO DE SERVIÇOS DE CONSERVAÇÃO DE VIAS COM EXECUÇÃO DE SERVIÇOS DE TAPA BURACOS E CORRELATOS.

Trata-se de **JULGAMENTO** em face de **IMPUGNAÇÃO AO EDITAL**, formulada por **GUSTAVO ACIOLI GONDIM DE ALMEIDA**, ofertada em face do Edital de **Pregão Eletrônico n.º 032/2025**, que tem como objeto o **REGISTRO DE PREÇO PARA A EXECUÇÃO DE SERVIÇOS DE CONSERVAÇÃO DE VIAS COM EXECUÇÃO DE SERVIÇOS DE TAPA BURACOS E CORRELATOS**.



PREFEITURA DA ESTÂNCIA TURÍSTICA DE CAMPOS DO JORDÃO ESTADO DE SÃO PAULO

DA TEMPESTIVIDADE DA IMPUGNAÇÃO AO EDITAL

Delibera-se pelo recebimento e análise da **Impugnação** ofertada, uma vez que suas razões foram encaminhadas dentro do prazo estabelecido na legislação vigente, conforme disposição do **artigo 164 da Lei Federal n.º 14.133/2021**.

No mesmo sentido, a resposta à impugnação se faz dentro do prazo legal estabelecido, conforme disposição do **Parágrafo Único, do artigo 164, da Lei Federal n.º 14.133/2021**

BREVE SÍNTESE DA IMPUGNAÇÃO

Em resumida síntese, insurge a Impugnante:

a) Tratamento favorecido para empresas ME/EPP, não compatível com o valor estimado da contratação; b) Excesso de exigência de qualificação técnica;



PREFEITURA DA ESTÂNCIA TURÍSTICA DE CAMPOS DO JORDÃO ESTADO DE SÃO PAULO

DO MÉRITO E DO JULGAMENTO DA IMPUGNAÇÃO

Inicialmente, cumpre destacar que os procedimentos referentes ao **Pregão Eletrônico n.º 032/2025** são realizados com observância rigorosa dos princípios que regem as contratações públicas, notadamente diante daquelas previstas na **Lei Federal n.º 14.133/2021**, em especial diante dos seus artigos 5º e seguintes, que determinam a observância dos princípios da igualdade, competitividade e isonomia entre os interessados.

Nesse sentido, com relação ao questionamento acerca da existência de tratamento favorecido para empresas ME/EPP, o que não seria compatível com o valor estimado da contratação, a Impugnante não assiste razão, uma vez que referido tratamento decorre de legislação, não apenas da **Lei Federal n.º 14.133/2021**, mas também de legislação específica, qual seja, a **Lei Complementar n.º 123/2006**.

Não obstante aos argumentos apresentados pela Impugnante, a Administração Pública não pode e, sobretudo, **não deve restringir a participação de interessadas no certame, tampouco cercear seus eventuais benefícios, sobretudo àqueles decorrentes da própria legislação ordinária.**



PREFEITURA DA ESTÂNCIA TURÍSTICA DE CAMPOS DO JORDÃO ESTADO DE SÃO PAULO

Diga-se isto, pois, conforme disposições do próprio dispositivo legal elencado pela Impugnante em sua exordial, o benefício a que se refere ao *caput* do **artigo 4º da Lei Federal n.º 14.133/2021**, que se remete à **Lei Complementar n.º 123/2006**, só será limitada *“às microempresas e às empresas de pequeno porte que, no ano-calendário de realização da licitação, ainda não tenham celebrado contratos com a Administração Pública cujos valores somados extrapolem a receita bruta máxima admitida para fins de enquadramento como empresa de pequeno porte”*.

Ou seja, retirar previamente do Edital, sem qualquer justificativa, um benefício legal previsto, que dependeria de eventual prova em contrário dos fatos, seria na verdade um cerceamento indevido de participação do certame, **sendo certo que referido fato, caso ocorra, deverá ser objeto de eventual interposição de recursos pelas interessadas, sem mencionar a responsabilidade legal atribuída à licitante que, por ventura, tente se beneficiar de benefício ao qual não lhe caiba.**

Com relação ao questionamento acerca do alegado excesso de exigência de qualificação técnica, a Impugnante também não assiste razão, sendo oportuno mencionar as respectivas disposições legais sobre a matéria, senão vejamos:



PREFEITURA DA ESTÂNCIA TURÍSTICA DE CAMPOS DO JORDÃO ESTADO DE SÃO PAULO

Lei Federal n.º 14.133/2021:

Artigo 67: A documentação relativa à qualificação técnico-profissional e técnico-operacional será restrita a:

(...)

§ 1º - A exigência de atestados será restrita às parcelas de maior relevância ou valor significativo do objeto da licitação, assim consideradas as que tenham valor individual igual ou superior a 4% (quatro por cento) do valor total estimado da contratação.

§ 2º Observado o disposto no caput e no § 1º deste artigo, será admitida a exigência de atestados com quantidades mínimas de até 50% (cinquenta por cento) das parcelas de que trata o referido parágrafo, vedadas limitações de tempo e de locais específicos relativas aos atestados.

Denote-se que o **§ 2º do artigo 67 da Lei Federal n.º 14.133/2021** admite a exigência de atestados em quantidades mínimas de até 50% (cinquenta por cento) das parcelas a que se referem o **§ 1º do mesmo artigo**, quais sejam, **parcelas de**



PREFEITURA DA ESTÂNCIA TURÍSTICA DE CAMPOS DO JORDÃO ESTADO DE SÃO PAULO

relevância, que representam valor individual ou superior a 4% do valor total estimado da contratação.

Nesse sentido, ao observarmos o **item 9.9.4.1. do Edital**, podemos verificar que foram exigidas apenas comprovação de atestados, **na quantidade mínima de 50% inclusive, das parcelas que efetivamente representam valor individual ou superior a 4% do valor total estimado da contratação.**

Referidos itens se referem exatamente **aos itens 1.1, 1.2. e 1.5. da respectiva planilha orçamentária, que representam respectivamente 79,30%, 7,94% e 10,40 dos valores totais estimados, ou seja, os atestados foram solicitados de itens com margens inclusive bem acima do mínimo exigido na legislação, que é de 4%, demonstrando o perfeito atendimento às disposições legais, apesar do que a Impugnante tentou aduzir.**

Não obstante, denote-se que o Edital de **Pregão Eletrônico n.º 032/2025** foi devidamente elaborado, inclusive, contendo em seu interior as disposições integrais dos documentos de **Estudo Técnico Preliminar e Termo de Referência**, elaborados pela unidade requisitante durante a sua solicitação de demanda, contendo todas as justificativas e fundamentos inerentes à presente contratação e suas exigências de participação (Anexo 01 do Edital).



PREFEITURA DA ESTÂNCIA TURÍSTICA DE CAMPOS DO JORDÃO ESTADO DE SÃO PAULO

Além disso, observe-se que as exigências técnicas prevista em Edital, além de devidamente previstas na legislação ordinária, tem como objetivo a própria segurança da **Administração Pública**, visando que a futura contratada disponha de capacidade técnica mínima e suficiente para execução do contrato, dentro dos parâmetros de qualidades mínimas exigidas.

CONCLUSÃO

Desta forma, em face dos fundamentos apresentados, e em observância aos princípios da administração pública e da legislação vigente, delibera-se pelo indeferimento da **Impugnação ao Edital** ofertada por **GUSTAVO ACIOLI GONDIM DE ALMEIDA**, o que culmina pela manutenção dos termos do Edital, bem como da data previamente designada para abertura da respectiva Sessão Pública.

Publique-se a presente decisão no site oficial da Prefeitura de Campos do Jordão, para ciência das interessadas, bem como na plataforma eletrônica em que a licitação está sendo processada, para conhecimento pleno da **Impugnante** cerca das razões de julgamento.

Campos do Jordão, 01 de setembro de 2025.

JORGE RICARDO LELIS JUNIOR
Secretário de Administração, Abastecimento e Tecnologia